



Mercedes-Benz

De Nigris
Concessionária de
Veículos Comerciais

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº 90027/2025

À Ilustríssima Senhora Pregoeira da
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF
Interessada: DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.
CNPJ: 61.591.459/0001-00

I – SÍNTESE DO RECURSO INTERPOSTO

A empresa **Volkswagen Truck & Bus Indústria e Comércio de Veículos Ltda.** (doravante “Recorrente”) interpôs recurso administrativo contra sua **inabilitação** nos **itens 8 a 16** do certame, sob o fundamento de que, embora não tenha atingido o índice de **Liquidez Geral ≥ 1** , exigido pelo item **10.5, alínea c.2)** do edital, **possuiria plena capacidade econômico-financeira** para executar o objeto licitado, à vista de seu elevado patrimônio líquido (superior a R\$ 3,7 bilhões em 2024) e faturamento anual acima de R\$ 20 bilhões.

A Recorrente sustenta, em síntese:

1. Que a exigência de índices contábeis como único critério de aferição da capacidade econômico-financeira violaria os princípios da **competitividade** e da **razoabilidade**;
2. Que deveria ter-lhe sido franqueada a oportunidade de **apresentar comprovação alternativa** (patrimônio líquido, capital social ou garantia);
3. Que sua inabilitação seria desproporcional e antieconômica, por afastar proposta supostamente mais vantajosa.

Pugna, ao final, pela **reforma da decisão** que declarou sua inabilitação e pela consequente **habilitação** para os itens 8 a 16.

II – DA REGULARIDADE DA DECISÃO DE INABILITAÇÃO

1. Vinculação ao Edital e Observância da Legalidade

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no **art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021** e no **art. 31, §3º, da Lei nº 13.303/2016**, impõe à Administração e aos licitantes o dever de **cumprir integralmente as regras editalícias**.

O edital do Pregão Eletrônico nº 90030/2025 foi **claro e objetivo** ao dispor, em seu item **10.5, alínea c.2)**, que a comprovação da capacidade econômico-financeira seria aferida **mediante apresentação de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), todos iguais ou superiores a 1,0 (um)**. Trata-se, portanto, de exigência **expressa, objetiva e vinculante**.

A Pregoeira, ao aplicar a regra, **atuou em estrita conformidade com o edital** e com o princípio da **legalidade administrativa** (art. 37, caput, CF/88), não podendo flexibilizar requisito técnico definido previamente sem ferir a **isonomia entre licitantes**.

A Recorrente reconhece que **não atingiu o índice de Liquidez Geral**, o que, por si só, atrai a **inabilitação automática**, conforme previsão editalícia. Assim, a decisão da Pregoeira é **juridicamente perfeita e legítima**.

Grupo De Nigris
Av. Otaviano Alves de Lima, 2600
Limão | 02701 000 | São Paulo - SP
Tel.: (11) 3933 9000





Mercedes-Benz

De Nigris
Concessionária de
Veículos Comerciais

2. Da Possibilidade de Exigência Exclusiva de Índices Contábeis

A Recorrente alega que seria ilegal a exigência “exclusiva” de índices contábeis, invocando a Súmula TCU nº 275/2012 e precedentes isolados. Entretanto, sua interpretação é **equivocada**.

O **art. 31, §1º, da Lei nº 8.666/93**, aplicado subsidiariamente às estatais (art. 68 da Lei nº 13.303/2016), expressamente autoriza que a Administração **exija índices contábeis**, sem impor a obrigatoriedade de aceitação de meios alternativos. A exigência de índices, isoladamente, é prática consolidada e reiteradamente admitida pelo **Tribunal de Contas da União**, conforme precedentes:

“A exigência de índices contábeis mínimos é meio legítimo de aferição da capacidade econômico-financeira dos licitantes, desde que fixados de forma objetiva e compatível com o objeto da licitação.”

(TCU – Acórdão nº 1.124/2021 – Plenário; Acórdão nº 2.192/2020 – Plenário)

Portanto, não há irregularidade em o edital adotar os índices de **LG, SG e LC ≥ 1** como critério único, especialmente em licitação de **grande vulto**, onde a estabilidade econômico-financeira é condição essencial à execução do contrato.

3. Da Inaplicabilidade da Instrução Normativa nº 3/2018

A Recorrente invoca o **art. 24 da IN nº 3/2018** (Ministério da Economia/SICAF) para sustentar que deveria ter sido admitida comprovação alternativa. Todavia, tal norma **não se aplica** às licitações promovidas por **empresas estatais regidas pela Lei nº 13.303/2016**, conforme reconhecido pelo **TCU no Acórdão nº 1.844/2022 – Plenário**, o qual destaca que a Lei das Estatais confere autonomia procedimental e **não sujeita as estatais às instruções normativas federais dirigidas à Administração direta**.

Assim, não há amparo jurídico para estender essa faculdade a certames conduzidos pela CODEVASF.

4. Do Devido Julgamento Técnico e da Impossibilidade de Diligência Substitutiva

O **art. 64 da Lei nº 14.133/2021** (e o art. 53, §3º, da Lei nº 13.303/2016) permite a realização de **diligência para complementação ou esclarecimento, desde que não se altere o conteúdo da proposta ou do documento** apresentado. Contudo, a Recorrente **não apresentou documento hábil** a comprovar a suficiência do índice de Liquidez Geral. Não cabe à Administração, por meio de diligência, **corrigir ou substituir demonstrações contábeis ou recalcular índices com base em critérios diferentes dos previstos**.

A diligência não se presta a “**convalidar**” descumprimento de requisito objetivo. Tal conduta afrontaria o princípio da isonomia e violaria a própria segurança jurídica do certame.

5. Da Irrelevância do Porte Econômico da Recorrente

A alegação de que o grande porte e a solidez da Volkswagen no mercado nacional e internacional supririam eventual descumprimento técnico é **irrelevante do ponto de vista jurídico**.

A Administração Pública **não pode aferir a capacidade financeira subjetivamente**, com base em reputação ou porte empresarial, mas apenas **pelos parâmetros objetivos definidos no edital**.

O TCU tem entendimento pacífico nesse sentido:

Grupo De Nigris
Av. Otaviano Alves de Lima, 2600
Limão | 02701 000 | São Paulo - SP
Tel.: (11) 3933 9000





Mercedes-Benz

De Nigris
Concessionária de
Veículos Comerciais

“A qualificação econômico-financeira deve ser aferida com base em parâmetros objetivos previstos no edital, sendo irrelevante o porte ou renome da empresa.”

(TCU, Acórdão nº 2.801/2019 – Plenário)

6. Do Princípio da Economicidade e do Interesse Público

O argumento de “prejuízo ao erário” não se sustenta.

A **proposta mais vantajosa** é aquela que atende aos requisitos **técnicos e legais**, e não apenas ao **menor preço nominal**. A contratação de licitante inabilitado implicaria **risco jurídico e econômico muito maior**, podendo inclusive gerar **nulidade contratual**, conforme o **art. 147 da Lei nº 14.133/2021**.

Assim, a manutenção da inabilitação da Recorrente é medida que **preserva a integridade do certame e resguarda o interesse público**.

III – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, verifica-se que:

- a exigência de **índices contábeis mínimos (LG, SG, LC \geq 1)** é **legal, objetiva e vinculante**;
- a Recorrente **não atendeu a requisito essencial de habilitação**, fato **expressamente previsto como causa de inabilitação**;
- não há **ilegalidade, desproporcionalidade ou formalismo excessivo** na decisão da Pregoeira;
- e não se aplica, ao caso, o regime da **IN nº 3/2018** nem os precedentes isolados invocados pela Recorrente.

Portanto, a decisão de inabilitação da **Volkswagen Truck & Bus Indústria e Comércio de Veículos Ltda.** deve ser **mantida em todos os seus termos**, com o **não provimento do recurso administrativo**, e consequente **manutenção da classificação da empresa DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.** como vencedora dos itens impugnados.

IV – REQUERIMENTO

Diante do exposto, requer-se a Vossa Senhoria:

1. O **conhecimento das presentes contrarrazões**;
2. O **não provimento do recurso** interposto pela Volkswagen Truck & Bus;
3. A **manutenção integral da decisão** que declarou a inabilitação da Recorrente;
4. A **confirmação da classificação da DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.** como primeira colocada nos itens 8 a 16 do Pregão Eletrônico nº 90030/2025.

**Termos em que,
Pede deferimento.**

São Paulo, 03 de novembro de 2025

DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.
CNPJ: 61.591.459/0001-00
Jorge Fernando Zanotto
Representante Legal

**JORGE FERNANDO
ZANOTTO:061270
70830**

Assinado de forma digital
por JORGE FERNANDO
ZANOTTO:06127070830
Dados: 2025.11.03
16:22:13 -03'00'

